

ID: 122399753

06-04-2026

Entrevista

Cristiana Faria Moreira Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

Num tempo em que a democracia enfrenta pressões crescentes – da desinformação à polarização e à erosão da confiança nas instituições –, as universidades são chamadas a reafirmar o seu papel como espaços de pensamento crítico e produção de conhecimento. Mas esse papel exige adaptação: da resposta às transformações tecnológicas, como a inteligência artificial, à revisão de modelos de ensino e acesso – que não devem recair sobre “critérios de exclusão” –, defende Helena Carreiras, a nova reitora do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, numa referência às novas regras propostas pelo Ministério da Educação no regime de graus e diplomas, que está a ser revisto. **A sua intervenção na tomada de posse foi centrada nos actuais problemas de erosão democrática, da polarização, do extremar de posições. O ensino superior ainda é um dos espaços em que isto se discute e se combate?**

Sim, claro. As universidades são instituições que nos oferecem o espaço de liberdade, de desenvolvimento do pensamento crítico, de conhecimento que nos permite enfrentar muita da erosão democrática que resulta, por exemplo, da desinformação e dos fenómenos que põem em causa o valor do conhecimento científico da verdade. Creio que as universidades são esse espaço, embora tenham de transformar-se para conseguir fazer bem esse trabalho de produzir conhecimento contra a ignorância, de produzir confiança contra a incerteza – a desconfiança é também um dos factores que põem em causa a própria democracia –, dando instrumentos aos cidadãos para se qualificarem.

Quais são as prioridades do seu mandato?

O Iscte tem crescido, tem-se articulado com a sociedade e o que quero fazer é aprofundar e reforçar alguns desses traços característicos. O primeiro é o traço da interdisciplinaridade. No Iscte, cruzamos desde sempre – está no nosso ADN – as ciências sociais, a gestão e as tecnologias. E esse cruzamento é fundamental para resolver problemas da economia, como a necessidade de mais e melhores qualificações e de reconversão rápida devido às transformações do mercado de trabalho.

Em segundo lugar, a qualidade do nosso ensino e da nossa

investigação será potenciada pela agilidade, pela flexibilidade com que conseguimos inovar, lidando com desafios como o da inteligência artificial. Temos de saber colocar a tecnologia ao serviço da nossa missão, na perspectiva de que só com a própria tecnologia conseguiremos controlar os efeitos perversos das novas tecnologias. O terceiro desafio é o de uma permanente e reforçada ligação à sociedade.

Em 2021, o Iscte expandiu-se para Sintra e foi lançada uma nova unidade com o propósito de ser “a primeira escola universitária de referência no domínio das Tecnologias Digitais em Portugal”. Como é que está a correr?

A expansão para Sintra foi uma aposta na nossa capacidade de cruzar as ciências sociais com as tecnologias e oferecer ao território também formações com essas características. É uma escola onde, por exemplo, para além das dez novas licenciaturas, estamos a criar mestrados e doutoramentos. No Iscte-Sintra temos 40% de mulheres nas TIC – quase duplica a percentagem de mulheres nas TIC a nível nacional. Temos as tecnologias digitais aplicadas à educação, à saúde, à gestão, a um conjunto de áreas onde tradicionalmente as mulheres estão mais interessadas, mas que as trazem para as tecnologias.

No concurso de acesso ao ensino superior de 2025 houve uma diminuição de candidatos e de colocados. Isto preocupa-a?

Preocupa-me, sim. Teve a ver com as novas regras [de acesso], mas também com questões relacionadas com o sucesso nos exames nacionais, o que nos faz pensar que não podemos ficar alheios, na universidade, a essas dificuldades. Temos de poder contribuir para resolver esse problema. É um problema que não consigamos oferecer aos nossos jovens as condições que os tragam à universidade. Temos um projecto que se chama IN-Iscte, que procura apoiar os estudantes em várias áreas, como a saúde mental, em articulação com a acção social. Mas há um trabalho que pode ser desenvolvido com as escolas secundárias, com o ministério, para garantir a equidade no acesso à universidade.

O que é que as universidades podem fazer?

Podem ajudar a que haja condições para o sucesso na entrada para a universidade, na definição de níveis mínimos de literacia ou de numeracia, que muitas vezes são deficitários, e que poderão ser melhorados. Encontrar as condições para que os jovens cumpram esses critérios é o desafio maior, não tanto o de



“É preciso garantir que não se criam maiores desigualdades no acesso”

Helena Carreiras Reitora do Iscte alerta para riscos de exclusão no acesso e defende que instituições devem garantir, desde logo, condições aos estudantes para melhorarem competências

ID: 122399753

06-04-2026

impor limitações ao acesso a partir desses mesmos critérios.

O Governo quer fixar esses mínimos de literacia, numeracia e de inglês e coloca essa responsabilidade nas instituições. Tem ideia de como é que isto se vai fazer? Concorda com esta abordagem?

Trata-se de um diploma [do regime de graus e diplomas] que está ainda em discussão, que suscita algumas preocupações e estou convencida de que na sua versão final terá muitas alterações em relação à primeira proposta. O que gostaria de dizer é que é preciso acautelar alguns princípios fundamentais. Um deles é garantir que o diploma assegura condições de equidade, que não cria maiores desigualdades no acesso à universidade. O segundo é que promova e não se criem obstáculos à tal interdisciplinaridade, à flexibilidade curricular, já que essa é uma característica necessária para a formação das pessoas para enfrentar as necessidades do mercado de trabalho.

É a terceira é que a autonomia das instituições do ensino superior, que é um princípio que é consagrado no nosso ordenamento e que tem sido reforçado, não seja posta em causa. A autonomia não significa independência, significa liberdade de decidir com regras e com responsabilidades e é isso que as universidades devem exigir.

As instituições de ensino superior devem ter um papel mais activo na selecção dos seus estudantes?

É muito cedo para estarmos a discutir o que é que as instituições poderiam fazer até não se perceberem exactamente as condições de exequibilidade destas medidas, que ainda não são claras de todo. No diploma há referências a critérios que 'preferencialmente devem ser aplicados'. Ora, isso deixa uma margem enorme de ambiguidade e de indefinição que não permite sequer que façamos um trabalho sério de pensar como é que as instituições podem participar nesse trabalho de elevar as competências dos nossos estudantes à entrada da universidade. Creio que o foco deve ser na forma como essas competências podem ser melhoradas e não na imposição de bloqueios, de critérios que são de exclusão. Não queremos excluir, queremos ajudar a melhorar e deve ser esse o foco.

Está em curso a discussão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) no Parlamento. Concorda com as alterações propostas? O que é que gostava de fosse alterado? É mais um diploma que está ainda em discussão e tem sofrido várias alterações em função da discussão

na especialidade. O que me parece importante é que se preserve, embora com eventuais adaptações, o sistema binário. Acho que é positiva esta noção de que precisamos de instituições que respondam aos diferentes desafios: por um lado, a investigação e a formação avançada; por outro, uma formação mais tecnológica, vocacional ou inicial. Qualquer resultado deste trabalho de revisão deverá, quanto a mim, garantir que ambas as missões possam ser cumpridas pelas instituições de ensino superior. E que essa distinção seja clara, que não haja uma homogeneização que induza indiferença ao sistema.

É uma promessa do Governo rever a lei do financiamento do ensino superior. Disse-me que o Iscte é a instituição com menor dotação por aluno no Orçamento do Estado (OE). É assim?

Temos muitos diplomas em discussão, que vão ter impactos cruzados. Relativamente ao financiamento do ensino superior, sabemos que tem havido um grande subfinanciamento e que é importante rever a fórmula de financiamento. Mais uma vez, o que é importante é que se assegurem critérios claros e objectivos do financiamento das universidades. O Iscte é a instituição de ensino superior que tem a menor dotação do OE por estudante inscrito. Essa assimetria tem vindo a ser corrigida, mas não chega ainda para nos colocar na média de financiamento das instituições de ensino superior, que são cerca de 5000 euros por estudante anualmente, e, no Iscte, é à volta dos 3500. Espero que esta assimetria possa ser corrigida na próxima lei de bases de financiamento do ensino superior. É algo que é muito evidente e que nos obriga a um trabalho muito exigente de obtenção de receitas próprias.

Como avalia a reforma orgânica que está a ser feita no Ministério da Educação?

Há ainda muitas incógnitas, algumas indefinições em parte decorrentes de um processo que não tem sido tão participado e tão preparado como deve. São alterações muito substantivas e que exigem o envolvimento de todos os actores do sistema, sob risco de produzirem efeitos indesejados, contrários até aos seus próprios objectivos. É o que acontece muitas vezes quando não temos o tempo e a informação de qualidade para o fazer. Portanto, diria que é preciso muita atenção aos tempos e à interlocução necessária para que as reformas possam, de facto, acontecer, preservando a qualidade que temos no nosso sistema científico e de ensino

66

No diploma há referências a critérios que 'preferencialmente devem ser aplicados'. Isso deixa uma margem enorme de indefinição que não permite que façamos um trabalho sério de pensar como é que as instituições podem elevar as competências dos estudantes à entrada

Parece-me importante que se preserve, embora com eventuais adaptações, o sistema binário

superior e os princípios da autonomia, da interdisciplinaridade e da redução das desigualdades, que é também uma das marcas do nosso sistema ao longo dos 50 anos da democracia e que devemos preservar a todo custo.

Preocupa-a o espaço que a inteligência artificial está a ocupar no ensino superior? O que é que o Iscte está a fazer?

Queremos usar a inteligência artificial como parceira do pensamento e não como um obstáculo à cognição, geradora daquilo que os especialistas chamam de preguiça metacognitiva. O que tenho dito é que não podemos parar o vento com as mãos. Temos de trabalhar na análise e na reflexão sobre os impactos do IA nas nossas actividades e na sociedade como um todo. Por um lado, o plano normativo, de desenvolver orientações para docentes e alunos poderem trabalhar com critérios também éticos e de qualidade do seu trabalho. Estamos a proporcionar formação aos nossos docentes e alunos, mas temos de o fazer de forma mais explícita, no sentido de diminuir o hiato de competências entre professores e alunos na utilização destes instrumentos. Vou designar um grupo de trabalho inter-áreas e serviços para fazer essa programação.

Como é que os estudantes e professores a estão a usar? Há casos de fraude académica? Há mais desconfiança nas relações entre estudantes e professores?

A minha perspectiva é positiva no sentido em que, repito, não podemos parar o vento com as mãos. Temos de conhecer, controlar e reflectir sobre a melhor maneira de usar estas tecnologias. As proibições não nos levam a lado nenhum. Mandam a mensagem de que é preciso contornar a proibição. O que temos de fazer é produzir essa reflexão conjunta,

esse trabalho de consciencialização e, depois, um trabalho prático de transformação, por exemplo, nas nossas práticas pedagógicas. Os métodos de avaliação têm de ser revistos, mas sobretudo temos de perceber como é que podemos pôr as vantagens [da IA] ao serviço do conhecimento, da investigação, do desenvolvimento cognitivo e não deixar que se torne um empecilho a esse desenvolvimento.

O que é que pode mudar nesta missão de ensinar que as universidades e que os politécnicos têm?

Uma coisa que sabemos é que, no mercado de trabalho, as competências mais valorizadas pelos empregadores são ainda a capacidade de análise e de pensamento crítico. E a inteligência artificial não dá resposta a essas necessidades.

Agiliza muitas das tarefas que antes nos ocupavam, mas não se substitui ao pensamento crítico, nem à capacidade de análise. Essas competências, que são das mais valorizadas pelos empregadores, são as que podemos e devemos desenvolver na universidade.

Quais são os principais desafios que se colocam hoje no ensino superior?

Os grandes desafios têm a ver com a capacidade de adaptação às transformações rápidas da sociedade, da economia, do mercado de trabalho. Os efeitos das guerras, da crise, terão também impacto no ensino superior. O panorama geopolítico coloca-nos desafios do ponto de vista das limitações à liberdade académica e à independência das instituições. Julgo que temos todos de reflectir e, de alguma forma, nos unir para lidar com os efeitos nefastos de tendências autocráticas no sistema internacional, que questionam muito directamente o lugar onde há liberdade de expressão, de pensamento, como são as universidades.

Estes ataques à liberdade académica já se sentem por cá?

Conhecemos o que se passa noutros países, como nos Estados Unidos. Ainda não os sentimos muito, felizmente, mas não tenho dúvidas de que os vamos seguramente sentir. Desde logo, há financiamentos que são mais condicionais, há processos de autocensura, quando se trata, por exemplo, de participação em conferências internacionais, relatos de colegas de outros países que são muito preocupantes. Espero que consigamos ao máximo resistir e proteger estes valores fundamentais, porque sem protegermos a nossa capacidade de pensar, de ter autonomia, de ter liberdade de expressão, de poder ser críticos, não conseguiremos cumprir a nossa missão.





Nova reitora do Iscte
Helena Carreiras: “É preciso garantir que não se criam mais desigualdades no acesso”
Sociedade, 14/15